

**Tu qui legis have.  
Qui perlegisti vale**

Lisboa 17 de Outubro de 2008



# *Legere, perlegere: da singularidade epigráfica ao sentido do texto e do monumento*

Aires A. Nascimento\*

**Resumo:** *Trata-se aqui de três temas de epigrafia latina de diversas épocas e sobre diversos suportes. O primeiro aborda questões linguísticas e literárias de duas placas funerárias romanas de Idanha-a-Velha, o segundo dá uma nova leitura de uma defixio proveniente de Alcácer do Sal, o terceiro recorda a transmissão literária da gesta do abade João de Lorvão (séc. XII), recuperada pelos cronistas alcobacenses do séc. XVII e de que temos registo epigráfico numa inscrição talvez do séc. XIX.*

**Résumé:** *Trois inscriptions latines de territoire portugais ont attiré notre attention: bien que connues, quelques traits linguistiques et littéraires aussi bien que culturels / mythologiques nous semblaient devoir être éclairés, particulièrement dans la deuxième inscription ; dans la troisième, travail tardif, peut-être du XIXe siècle, des faits légendaires restaient à remettre dans leur contexte primitif pour expliquer la teneur du texte qui renvoie à la figure de l'abbé Jean de Lorvão, célébré dans un chant de geste de la reconquête chrétienne du XIIe siècle et objet de récupération par les chroniqueurs alcobaciens au XVIIe siècle dont la lecture explique notre inscription.*

**Palavras chave:** *Epigrafia latina, tabella defixionis, Hercules, reconquista cristã, João de Lorvão*

**Mots clé:** *Epigraphie latine, tabella defixionis, Hercule, reconquête chrétienne, João de Lorvão*

\* CEC-Faculdade de Letras, Lisboa

O lema do nosso Colóquio é tomado de uma inscrição que provém da antiga Egitânia e é atribuível ao séc. I<sup>a</sup>. Trata-se de um monumento de tamanho modesto (Altura: 0,47 cm; Largura: 0,96 cm; Espessura: 0,38 cm; campo epigráfico de 34,5 cm × 84,5 cm).



Fig. 1

O seu texto, mormente na parte da saudação ao passante, tem suscitado comentários algo descontraídos: houve quem apostasse em discuti-lo na base de uma métrica menos canónica para assacar, num pretenso cenário jambo-trocaico, infracção à regra de Ritschl, no segundo pé<sup>2</sup>, mas logo outro investigador preferiu colocar a nível menos formal o enunciado e sublinhar apenas o contraponto da frase final que interpreta como modismo popular<sup>3</sup>.

Chamam-nos à atenção algumas particularidades: ao teor mais habitual de outros monumentos epigráficos acrescenta-se uma saudação formada por dois momentos expressos por formas interjectivas diferentes e por duas formas lexicais não idênticas baseadas no verbo *lego*, uma simples e outra prefixada — *Tu qui legis aue, qui perlegisti uale*. De *aue* para *salve* há um progresso que no mínimo entendemos como aumento de familiaridade; entre *legere* e *perlegere* vai uma diferença assente no terminativo que podemos entender como intensivo. Se a co-ocorrência das duas interjeições não é desconhecida no uso sepulcral, como a consulta ao *ThLL* basta para confirmar, uma consulta complementar da mesma obra para *perlegere* permite

1. Segundo S. LAMBRINO, «Les inscriptions latines inédites du Musée Leite de Vasconcelos», *Arqueólogo Português*, 3, 3-4, 1956, pp. 5-73, foi trazida por José Leite de Vasconcelos das terras da Idanha (talvez por 1916) para o Museu Nacional de Arqueologia (inventário E 6588); F. ALMEIDA, *Egitânia: História e Arqueologia*, Lisboa 1956, p. 177. Servimo-nos do desenho de S. Lambrino.

2. R.P. HERNÁNDEZ, «Poesía latina sepulcral de la Hispania Romana: estudio de los tópicos y sus formulaciones», *CF (UV)* XLIII, 2001, pp. 230 ss.

3. J. CARBONELL, M.J. PENA, *classica10.us.es/c/cilxviii\_alidi2005/scallabitanus/CAS2.pdf*

advertir que a forma verbal composta acarreta consigo a conotação de *usque ad finem* e *frequentem* (como interpreta o redactor do artigo na obra em causa); por outra parte, a colocação em membros distintos traduz uma formulação ritmada a que cabe atribuir não apenas intencionalidade literária, mas conteúdo específico de chamada de atenção — no mínimo há que supor um acto intelectual de leitura, mas facilmente se pode admitir também um gesto afectuoso na demora consentida, se é que não motivada, de quem propõe uma inscrição funerária para a tornar objecto de homenagem ao defunto: o passante (o *uiator* que pode ser apenas *xenos*, em grego, ou *hospes*, em latim), ao deter-se na leitura, merece, da parte de quem está sepultado, por mediação obviamente do autor da inscrição, uma interpelação que quebra o silêncio da morte e produz uma empatia que é prolongada por voto de bom sucesso a quem parte. *Se lego* enuncia uma *acção*, *perlego* acentua um prolongamento dessa *acção*; pelo contraste dos verbos de saudação somos colocados entre quem chega e quem parte, no primeiro momento talvez surpreendido, no segundo tempo cumulado com uma recordação que transporta consigo e à qual pode regressar com redobrado afecto.



Fig. 2

Como leitores, somos assim incentivados a novo exercício de leitura. Há, talvez, ainda um outro dado a reter: a formulação tem semelhança com o dístico final de um poema que Catulo dedica a seu irmão defunto<sup>4</sup>. Teremos, só por isso

4. Notamos, efectivamente, uma ocorrência de ambas as formas num poema de Catulo, 101, 10: «accipe fraterno multum manantia fletu / atque in perpetuum, frater, ave atque vale».

(e independentemente de qualquer decisão quanto ao uso de métrica), razão para supormos um ambiente culturalmente qualificado em Egitânia no séc. I, a que a inscrição nos reporta. Se atendermos também ao facto de, no mesmo local, haver dois epitáfios de personagens presumivelmente com a mesma filiação<sup>5</sup> e caracterizadamente pertencentes ao estrato populacional indígena, tal qualificação cultural sairá reforçada pela reminiscência catuliana que o enunciado parece conter.

Haverá também razões para advertir na expressão que associa o além com o aquém<sup>6</sup>, numa relação de dois mundos tanto mais imbricados nas vivências antigas quanto a vida era sentida como breve — os dois personagens morrem aos vinte e cinco anos, talvez vítimas de alguma calamidade natural e alguém deixou na lápide uma recordação sóbria, mas amiga.

Não será menos de sublinhar a situação de leitura, como modo de relação no interior de uma colectividade que faz da escrita instância de convívio e deixa nela, quando em modo patente, como é o das inscrições epigráficas, uma forma específica de interpelação, como se fosse um texto lírico — cuja condição é uma relação directa de um eu com um tu, sendo aquele habitualmente identificado como último acto de afirmação perante os vivos, no momento de os deixar.

O monumento egitaniense fala-nos assim ainda hoje; a sua análise fica à mercê da nossa capacidade de reconstituição do contexto em que ele nasceu e da sua integração em leituras mais largas. Trata-se de um caso emblemático de um monumento epigráfico em que o teor do texto chama a atenção do filólogo e convoca todos os seus recursos. Ganha este texto com ver-se contraposto ao registo de outros, tanto pelo que ele apresenta de manifesto como pelo que outros lhe sobrelevam. Se a aproximação formal é de fazer com textos líricos, e não há motivos para a constituir com outros<sup>7</sup>, será de reconhecer a singularidade do testemunho, com que somos levados a tocar em material de origem e não apenas de tradição. Este factor, no entanto, obriga a garantir competências múltiplas para suprir dados de

5. Rufinus e Ceionius são indígenas romanizados. CEIONIVS RVFINI F(*ilius*) / A.N.(*norum*) XXV (*quinque et viginti*) H(*ic*) S(*itus*) . E(*st*) . / S(*it*) . T(*ibi*) . T(*erra*) . L(*ewis*) / TV . QVI . LEG.I.S. AVE. QVI / PERLEGISTI . VALE. LAMBRINO, «Les inscriptions latines...», *cit.*, p. 19; ALMEIDA, «Egitânia...», *cit.*, p. 177; AE 1967, 158; HAE 1108; ILER 3835; FERREIRA, «As saudações do Além entre os Romanos», Conimbriga 35, 1996, pp. 107-127. RVFINVS (*hedera*) RVFI. / F(*ilius*) (*hedera*) ANN(*orum*) (*hedera*) XXV (*viginti quinque*) (*hedera*) H(*ic*) . S(*itus*) . ES[T] / TV (*hedera*) QVI LEGIS (*hedera*) AVE / PERLEGISTI. VALE. Tomamos a leitura da bibliografia de referência: LAMBRINO, «Les inscriptions latines...», *cit.*, 1956, 38; ALMEIDA, «Egitânia...», *cit.*, p. 215; HAE 1158; FERREIRA, «As saudações...», *cit.*, pp. 107-127.

6. FERREIRA, «As saudações...», *cit.*, 1996, pp. 107-127

7. Seria despropositado fazer a oposição com textos diplomáticos, pois estes pertencem a tempos posteriores; em plano de referência, apenas, sublinhe-se que, nestes, tudo parece submetido à convenção que prepara um documento para constituir formalidade jurídica, desde a invocação celestial à identificação dos agentes de um acto cívico (doação, compra, venda, escambo...), à determinação do conteúdo desse acto (no dispositivo), à cominação de penas, à datação (a tal ponto que sem ela se corre o risco de ser julgado falso o documento), à intervenção de uma autoridade com as assinaturas e a autenticação.

identificação relativamente ao sujeito de referência, para reconstituir contextos, buscar meios de datação: o filólogo habituado a trabalhar com os testemunhos da tradição tem na sequência dos testemunhos um ponto de apoio para a reconstituição textual; a singularidade da epígrafe obriga a concentrarmo-nos nos traços patentes para descortinar o manejo do lapidário e adivinhar o modelo ou arquétipo e ultrapassar eventuais desvios.

Com estas prevenções, divisamos qual o contributo que se espera do filólogo e quais as tarefas que ele deve assumir. Alguma vez lhe soará aos ouvidos o apelo que um dia, cansado de peregrinar por erros sem rumo, lavado em lágrimas, Agostinho ouviu: *tolle, lege; tolle, lege*<sup>8</sup>. Não haverá razão para o dramatismo do retor, que então era Agostinho, em processo intenso de conversão. Porventura, nem sempre as vozes serão tão límpidas e tão inocentes como as das crianças que repetiam o que a Agostinho parecia uma intimação; porventura também a assistência do amigo Alípio e a alegria da mãe, Mónica, ajudarão a aguentar uma caminhada humana, que agora é de investigação científica que, com outros, ultrapasse dúvidas, eventualmente existentes, e partilhe resultados e interesses comuns. Não raro o investigador se sentirá bafejado pela sorte ao encontrar nos elementos primordiais uma exemplificação do que apenas conhecia das gramáticas e a cujas particularidades pouca atenção concedeu por falta de material de apreciação directa. Mesmo que não haja unanimidade nas interpretações, as próprias divergências serão motivo para dos materiais funerários tirarmos motivos de vida — que outra coisa a cultura não é.

2

Será isso razão para voltar à leitura de uma *tabella defixionis* de Alcácer do Sal, algumas vezes posta em juízo, embora apenas descoberta em 1995<sup>9</sup>.

A leitura foi escrutinada por várias vezes e a interpretação do texto também, mas seja-nos permitido alvitrar algum contributo, por pequeno que seja, para esclarecer algo que reste de duvidoso ou menos fundamentado.

8. Agostinho, Conf. 8, 12, 29. Ouvindo duas crianças no prédio vizinho simular o que parecia ser um momento de sala de aula, o mestre de retórica, que se debate com o sentido da vida e busca mestres de doutrina, sente-se interiormente convidado a buscar na Bíblia uma resposta. A situação foi transposta em tempos medievais para outros planos; sobre a prática de abrir a Bíblia ao acaso e admitir que o passo consultado traz uma mensagem providencial, cf. P.W. VAN DER HORST, «Sortes: Sacred Books as Instant Oracles in Late Antiquity», in L.V. RUTGERS, P.W. VAN DER HORST, H.W. HAVELAAR, L. TEUGELS (eds.), *The Use of Sacred Books in the Ancient World*, Lovaina 1998, pp. 143-174.

9. A que me chamou mais directamente a atenção foi em A. GUERRA, «Anotações ao texto da tabella defixionis de Alcácer do Sal», *Revista Portuguesa de Arqueologia* 6, 2, 2003, pp. 315-319, que retoma muito de perto a análise que do monumento havia feito J. d'ENCARNAÇÃO, «O santuário romano e a defixio de Alcácer do Sal», in C. RIBEIRO (ed.), *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*, Lisboa 2002, pp. 259-263. Notar-se-á pela nossa exposição quanto dissintimos da análise apresentada; não nos detemos, aliás, a apontar variantes de leitura.

Seja a leitura do texto na face A:

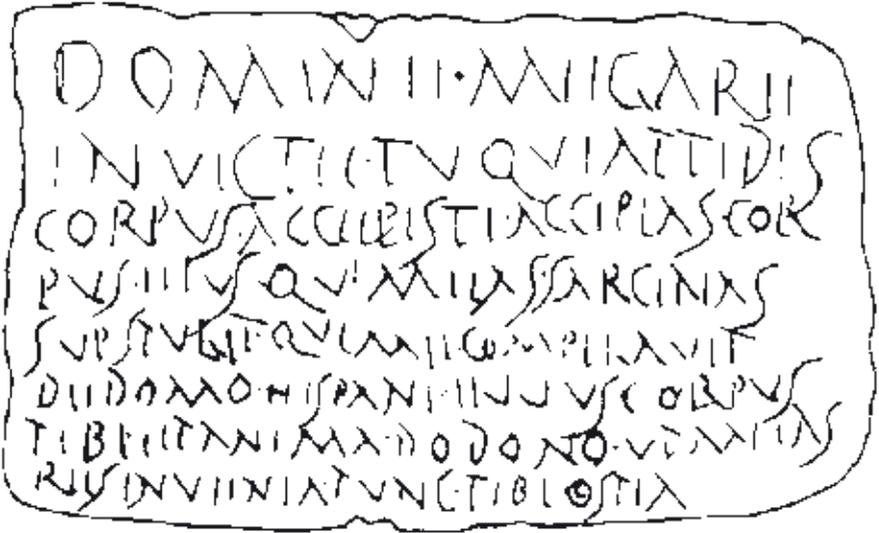


Fig. 3

DOMINE. MEGARE  
INVICTE. TV. QUI. ATTIDIS  
CORPVS. ACCEPISTI. ACCIPIAS. COR  
PVS. EIVS. QVI. MEAS. SARCINAS  
SVPSTVLIT. QVI. ME. COMPILAVIT  
DE. DOMO. HISPANI. ILLIVS CORPVS  
TIBI. ET. ANIMA. DO. DONO. VT. MEAS  
RES. INVENIA. TVNC. TIBI. OSTIA

Por sua vez, na face B lemos:

QVADRIPEDE. DONE. ATTIS. VOVEO  
SI. EV. FVRE. INVENERO. DOMNE  
ATTIS. TE ROGO. PER. TVM . NOCTVRNVN  
VT. ME. QVAM. PRIMV. COMPOTE FACIAS.

A nossa leitura interpretativa leva-nos a propor:

*Domine Megare / inuicte! Tu, qui Attidis / corpus accepisti, accipias corpus  
eius qui meas sarcinas / supstulit, qui me compilavit / de domo Hispani. Illius  
corpus / tibi et anima(m) do dono ut meas / res inuenia(m). Tunc tibi (h)ostia(m)*

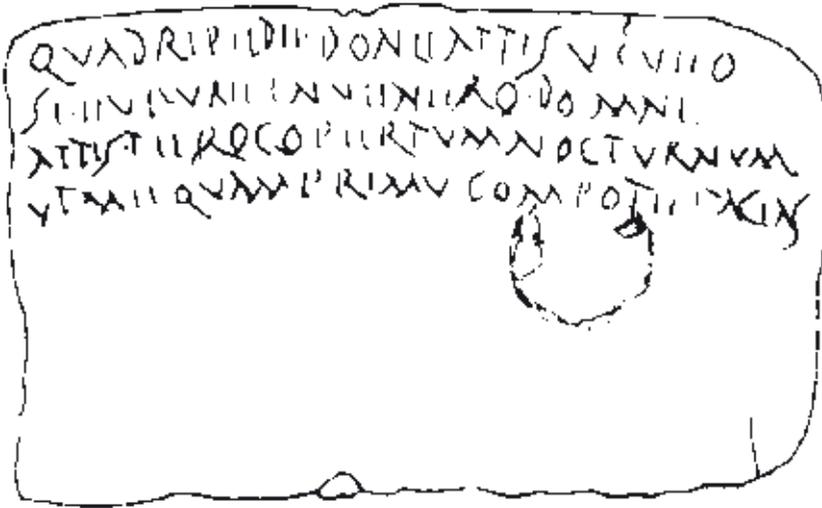


Fig. 4

// *quadripede(m) done(m) Attis uoueo / si eu(m) fure(m) inuenero. Domne / te rogo per tu(u)m Nocturnum / ut me quamprimu(m) compote(m) facias.*

Não voltaremos a particularidades do registo gráfico, em letra capital cursiva, mas notar-se-á a representação do E com dois traços ao alto; reconhecer-se-á igualmente o desaparecimento quase total do -m final, cuja representação gráfica se ia deixando de parte, de há muito, por razões de debilidade articulatória<sup>10</sup>; conhecido é também o fenómeno de redução de elementos idênticos contíguos, que aqui se realiza em *tu(u)m*, aliás protegido pela desinência final expressa.

A morfologia não oferece dúvidas de maior, sobretudo depois de restituídas as formas à sua canonicidade comum<sup>11</sup>. Por seu turno, as frases formam um encadeamento bem marcado pela sequência verbal. O enunciado, no entanto, oscila entre um diálogo com um *domine Megare inuicte* e *Attis*, o que gera alguma obscuridade e faz com que a interpretação não seja imediatamente líquida e obrigue a socorrer--nos de informações complementares ao texto para tentarmos propor uma hipótese de conteúdo.

Admitiremos, de imediato, que o *dominus Megare inuictus* (sobretudo a partir deste epíteto) só pode ser Hércules, que, segundo a mitologia clássica, recebeu

10. Veja-se, a este propósito, o que referem os gramáticos; cf., por facilidade de consulta, E. FARIA, *Fonética histórica do Latim*, Rio de Janeiro 1957, pp. 94 ss. Como acentuou V. VÄÄNÄNEN, *Le latin des inscriptions Pompéiennes*, Helsínquia 1950, p. 124, trata-se de um fenómeno que se estende a todos os testemunhos epigráficos e que a tradição manuscrita dos textos literários evitou por clareza de expressão.

11. Só por engano se pode ter considerado a forma *Domine* de início como feminino; é óbvio que se trata de um vocativo e não concorda com *Megare*, por razões de contexto, não se há-de entender a desinência como atracção, pois, se *Megara* fosse de assumir como vocativo, a desinência (a tomar como zero do tema) seria diferente da apresentada.

Mégara, a filha mais velha de Creonte, rei de Tebas, em casamento como forma de recompensa por ter libertado a cidade das exigências do tributo imposto pelo rei Érgino de Orcómeno; segundo algumas versões do mito, Mégara, depois de ter dado filhos a Hércules, acabou por ser morta por este, em consequência de ataque de loucura provocado por Hera, que perseguia o herói desde o nascimento (adulterino, como tantos outros de Zeus)<sup>12</sup>; nestas circunstâncias, *dominus* tem o sentido de «dono da casa» e mais simplesmente «marido». Sabemos, por outra parte, que o culto de Hércules ganhou particular relevo no mundo romano desde muito cedo (mesmo que não se queira ver nele a única divindade estrangeira introduzida por Rómulo na sua cidade — Liv. 1, 7, 4-15)<sup>13</sup>; os seus epítetos principais são *Inuictus*, *Custos*, *Victor* — o primeiro dos quais a nossa inscrição documenta. O episódio do roubo por Caco dos rebanhos trazidos por Hércules até Roma, depois da campanha contra Gérion, faz do herói o vingador dos ladrões. A associação do culto de Hércules com o comércio realizado no *Forum Boarium*, desde tempos primordiais, dá ao herói uma aura de protector dos comerciantes que andam de terra em terra.

Não encontramos, contudo, razões explícitas para uma associação entre Hércules e Átis; há, é certo, um paralelismo entre eles, pois ambos são vítimas de insanidade por vingança de divindades femininas (Hera, um, Cíbele, o outro). Por outra parte, o culto de Hércules aparece associado a Dioniso / Baco, em moedas romanas, o que é de molde a pressupor que tenha dado origem à contaminação de alguns traços — ambos filhos de Zeus, ambos levados a périplos distantes, ambos sujeitos a insanidades com efeitos nefastos. O teor da nossa inscrição supõe, por outra parte, que Hércules recolheu o corpo de Átis, traço que não nos é fornecido na tradição do mito (mesmo que seja através das variações de Eusébio de Cesareia<sup>14</sup>). Alvitramos, no entanto, essa associação como resultado de um sincretismo que em plano popular relacionasse figuras cujo culto se ia difundindo: de facto, havia razão para o culto de Hércules ganhar implantação na zona ocidental, pois aqui se haviam desenrolado várias das suas façanhas; quanto ao culto de Átis, a difusão da religião dos Mistérios foi-lhe certamente favorável e o carácter protector de Hércules pode ter dado azo à associação com o malogrado jovem, vítima da vingança de Cíbele, tanto mais quanto a relação com esta se pode ter dado pela confusão com Reia, no panteão romano<sup>15</sup>.

12. Cf. Apolodoro, *Bibliotheca*, 2. 4-2. 7; cf. Apollodoro, *I miti greci (Biblioteca)*, trad. M.G. CIANI, Milão 1996.

13. Em Roma, Hércules tem uma mitologia diferente da que lhe concedia a tradição helénica e pertence ao círculo restrito das divindades locais, com Diana e a Mater Matuta, no centro cultural do Foro Boário. Cf. M.A. LEVI, *Ercole e Roma*, Roma 1997; Ch. DAREMBERG, Ed. SAGLIO, «Hercule», in *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, Paris 1873-1919.

14. Eusébio, *Praeparatio Evangelica*, II, 43. Não será traço a olvidar que, em Eusébio, como noutros autores, Átis seja identificado com Dioniso e que a este se dê o nome de *Attis*, por ter sido emasculado.

15. A nossa conjectura não é mais do que uma hipótese. O culto de Cíbele cruza-se com o da Magna Mater no panteão romano e toma características peculiares — pelo menos algumas interpretações de Lucrecio, 2, 600-660, assim o propõem; mesmo que por vezes se apague a figura de Átis, ela tende a

A identificação de Hércules permite, ainda que com alguma reserva, aceitar «Nocturnus» como referência integrada, em alusão à noite dilatada em que Alcmena concebeu de Zeus o herói mítico<sup>16</sup>, num contexto em que se há-de supor que o furto se realizou nalguma noite mais longa ou pelo menos tão marcada que o execrador da *tabella defixionis* vai buscar longe a sua formulação (aliás, *Nocturnum* conserva a consoante final que está omissa nas outras ocorrências, o que leva a entender marca retida por factor supralinguístico). Não excluimos, todavia, a possibilidade de haver outro conteúdo por referência implícita a qualquer celebração nocturna em que teria perfeito cabimento a execração pretendida<sup>17</sup>.

Nestas condições, propomos como tradução para português a seguinte:

«Ó senhor de Mégara, invicto! Tu, que agarraste o corpo de Átis, agarra o corpo daquele que subtraiu as minhas bagagens, que me espoliou, da casa do Hispano. Faço-te entrega do corpo e da alma dele para que eu recupere as minhas coisas. Comprometo-me a oferecer-te então uma vítima de quatro patas, ó Átis, se eu der com esse ladrão. Rogo-te, senhor, pelo teu Nocturno, que, o mais rápido possível, me faças cumprir o meu voto».

3

A um modo de análise diferente nos conduz uma inscrição latina que encontramos num monumento de data mais moderna.

Trata-se de uma placa colocada na capela de Santa Maria de Seça, junto ao antigo mosteiro cisterciense do mesmo nome, hoje desafectado e em ruína quase completa, a pedir intervenção urgente. A capela, no seu estado actual, reporta-se ao início do séc. XVII (na verga da porta principal, lê-se ERA DE 1602). Da renovação da capela dá conta Fr. Bernardo de Brito, na sua *História de Cister*, mas o estado actual já não lhe corresponde. Na origem, tratar-se-ia certamente de um ermitério; a lenda diz que foi aqui que D. Afonso Henriques, cansado e abatido em tempos de final de vida, procurou alívio e se encontrou com um ermitão que o pôs a par da história mais antiga do local e lhe deu ânimo para aqui abrir um mosteiro que viria a ser assumido pelos monges cistercienses já no reinado de D. Sancho,

---

regressar com mais vigor. A difusão do Cristianismo terá sofrido concorrência das religiões dos Mistérios, mas já no tempo do imperador Cláudio haviam ganho importância as festividades em honra de Cibele e de Átis; o imperador Juliano dá ao culto de Átis um colorido neoplatónico. Cf., para um estudo mais vasto, Eugene N. LANE (ed.), *Cybele, Attis and Related Cults: Essays in Memory of M.J. Vermaseren*, Leiden 1996; M.J. VERMASEREN, *The legend of Attis in Greek and Roman art*, Leiden 1966; J. CARCOPINO: «La réforme romaine du culte de Cybèle et d'Attis», in *Aspects mystiques de la Rome païenne*, Paris 1942.

16. Assim o apresenta o *Amphitruo* de Plauto; foi Nocturnus que permitiu um encontro prolongado de tal modo que Hércules completasse o tempo de gestação.

17. Infelizmente, não podemos ainda usufruir da consulta ao *TbLL* para a letra N; admitimos que alargando a consulta a novos contextos, a expressão possa ter novo alcance.

18. Para a história do mosteiro de Seça é quase irrelevante o trabalho de M. COCHERIL, *Routier*

seu filho<sup>18</sup>. Os episódios da lenda, são recordados por um conjunto de telas que, no interior da capela octogonal, ladeiam uma antiga imagem da Virgem Maria com o Menino, cujo traço mais característico é um veio de sangue no colo superior. Tudo remete para a lenda que está em Fr. Bernardo de Brito<sup>19</sup>.



Fig. 5

Diz o cronista cisterciense, na *Crónica de Cister*: «Permaneço a ermida, com a imagem da Senhora, alguns duzentos e cincoenta passos do mosteiro contra o poente, e como há poucos annos caysse a primeira por causa da muita antiguidade, mandou o M.R. Padre Frey Manoel das Chagas, Abbade que então era daquelle mosteiro, levantar outra de novo, de figura oitavada, com traça e proporção muy curiosa, e dentro no altar se meteram os ossos do Abbade João; na grandeza dos quaes se deixa bem ver a proporção e corpo agigantado que teria, vivendo, pois considerada a compridão da cana de huma perna, e multiplicada por ela a medida dos outros membros, em ordem de boa geometria, se acha que teria perto de onze palmos de altura, que compõem hum perfeito gigante. Tratou o mesmo Abade [Frey Manuel das Chagas] de fazer na parede da capella hum tumulo em que se pusessem as relíquias de seu corpo e me mandou, sendo Geral desta Congregação, compor hum letreiro pera se lhe abrir na pedra e constar a todos do que ali passara, cuja substância era a seguinte:

*des Abbayes cisterciennes*, Paris 1978; como documentação, cf. A. ROCHA MADAHIL, «Documentos Medievais do Convento de Seiça, certificados por Frei Joaquim de SANTA ROSA de VITERBO», *Revista de Guimarães*, 1940.

19. BERNARDO DE BRITO, *Primeyra parte da Chronica de Cister: onde se contam as cousas principais desta religiam com muytas antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros muytos da christandade*, Lisboa 1602, fls 442v ss.

20. A planta que apresentamos atrás é a do interior da capela de Nossa Senhora de Seiça, Direcção

IOANNES MONASTERII LAVRBANENSIS QVONDAM ABBAS, RANIMIRI PRIMI LEGIONEN. REGIS PATRVVS, QVI ANNO DOMINI DCCCL MONTEM MAIOREM TVTATVRVS ABDERRAMEN II CORDVBAE REGEM (TRVCIDATIS LXX SARRACENORVM MILLIBVS) PARVA CHRISTIANORVM MANV, DEBELLAVERAT MVLIERESQVE AC PARVVLOS SVO CONSILIO OCCISOS HVI-VS SACRAE VIRGINIS INTERVENTV AD VITAM RESTITVTOS CONSPEXERAT TVMVLATVS IACET.»

Desapareceu inteiramente o túmulo e a inscrição no monumento. Em seu lugar, há um conjunto de telas, de pintura «muito secundária», nas quais se representam diversas cenas da lenda; distribuem-se elas pelos lados do octógono, enquadrando a imagem da Virgem Maria com o Menino (escultura de calcário, do séc. xiv), que ocupa o lugar do trono por detrás do altar. Em distribuição que começa, à esquerda (1) e se prolonga pela direita e dá a volta (2-4, até à porta e depois 5-7), temos as cenas seguintes, identificadas no quadro por texto em medalhões<sup>20</sup>:

- 1- Montemor cercado dos Mouros.
- 2- O abade João com os mais moradores de Montemor degolando as mulheres e os filhos.
- 3- O Santo Abade João com os moradores de Montemor matando os Mouros.
- 4- Hum soldado se adiantou a dar relação ao santo Abade João e aos moradores de Montemor de como as mulheres e meninos que tinham degolado haviam ressuscitado.
- 5- Andando El-Rei D. Afonso Henriques à casa, hum criado seu cahio de hum cavallo abaixo morto.

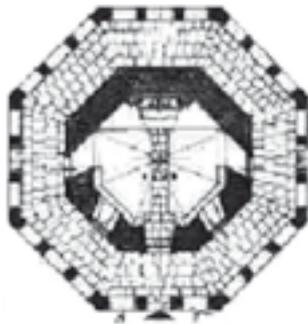


Fig. 6

Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1967; tomamo-la de A.L. MARQUES, «Tutte l'Opere d'Architettura et Prospetiva na Architectura de Seiça», *Arte Teoria* 7, 2005, pp. 53-68.

21. *Inventário Artístico de Portugal — Distrito de Coimbra*, Lisboa 1952, p. 99.

6- Nossa Senhora de Ceixa dando saúde ao cavaleiro cahido do cavallo morto em companhia de El-Rei.

7- Este he hum ermitão que está dando conta a el Rei D. Affonço Henriques dos muitos milagres que esta S(anta) faz. El-Rei lhe promete fazer um mosteiro.

No lado direito, sobreposto a azulejos que formam o fundo encontra-se a lápide a que nos reportamos e que Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves consideram setecentista<sup>21</sup>.

É pobre o texto dessa inscrição, embora em dísticos elegíacos, e não vai além de um pedestre enunciado que remete, também para a figura do Abade João (como era a epígrafe feita por Fr. Bernardo de Brito), reformulando a saga que um antigo cantar de gesta havia desenvolvido e deu azo a todas as explorações posteriores.

Não era Bernardo de Brito o único a tomar conhecimento da lenda; encontramos-a, pelo menos em Fernão d'Oliveira em moldes que nos parecem familiares não apenas para o autor, mas também para os destinatários da sua Gramática Portuguesa, publicada em 1536<sup>22</sup>.

Convém saber, porém, que o testemunho mais antigo desse cantar pertenceu a Afonso Giraldes num poema dedicado à Batalha do Salado. Foi-lhe prestada atenção, a seu tempo, por figuras eminentes como Ramón Menéndez Pidal, Carolina Michäelis de Vasconcelos e Mário Martins<sup>23</sup>. Recentemente envolvemo-nos também no seu estudo por se relacionar com o mosteiro de Lorvão, cujo cartulário antigo estudámos: estamos hoje em condições de defender que o poema de base tem a ver com a sorte desse mosteiro nos tempos da comunidade masculina que tentou defender a sua identidade tradicional contra os poderes civis e eclesiásticos que pretendiam levá-los a obediência monástica diferente.

22. FERNÃO DE OLIVEIRA, *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*, ed. Amadeu Torres e Carlos Assunção, Lisboa 2004, cap. III.

23. R. MENÉNDEZ PIDAL, «La leyenda del Abad Don Juan de Montemayor», in *Poesia árabe y poesia europea*, Madrid 1973, pp. 159-209, analisa, com a competência de sempre, mas com algum preconceito quanto à origem, a chegada da lenda ao espaço português, considerando que o primeiro a referi-la é, no séc. XIV, Afonso Giraldes, no proémio de um poema, hoje perdido, sobre a batalha do Salado (mencionado entre outros por Faria e Sousa, *Europa Portuguesa* t. 2, parte 2, cap. 3); os avatares da lenda passam por Francisco Brandão e Jorge Cardoso, mas teria havido uma versão primitiva centrada em Alcobça e sua fundação no tempo de Afonso Henriques, cujo autor seria um jogral leonês que passara por Portugal e misturara dados (Montemor e Alcobça). A revivescência do texto antigo dever-se-ia a um «Caderno» impresso em que figurava o antigo poema, em castelhano, realizado em Toledo, em finais do séc. XVI (1498: «Libro del abad don Juan, señor de Montemayor, en el qual se escriue todo lo que le acontecio con don Garcia su criado»), que teve sucessivas edições até 1693. Contemporâneo do impresso era o *Compendio Historial* de Diego Rodríguez de Almela (1491), que dedica um largo capítulo à vitória conseguida pelo abade Dom João sobre Almançor. Porém, anteriormente, já Afonso Giraldes (de Montemor, se aceitarmos a lição dada por Fr. Álvaro Pais, em *Collyrium fidei contra hereses / Colírio da fé contra as heresias*) referia tal lenda, e Jorge de Montemor, na sua história pastoril de Alcida e Silvano, a ela voltara.

24. Cf. FLÁVIO JOSEFO, *Antiguidades Judaicas*, VII, 8.

A lenda foi conhecida pelos cronistas de Alcobaça, que puderam ainda manusear um exemplar do texto de Afonso Giraldes. Foi essa lenda explorada por Fr. Bernardo de Brito que, através dela, procurou assegurar argumentos para teses que, ao tempo, lhe interessavam.

Na sua versão mais completa conta a lenda que, ao tempo de Ramiro II de León (personalidade documentadamente ligada ao condado portugalense e a Lorvão), houve um abade deste mosteiro a quem o rei entregou a incumbência de defender o castelo de Montemor ameaçado pelos mouros; para solicitar esta tarefa tinha o rei a seu favor o facto de o abade ser de sua família (seu tio), de ter sido homem de armas e de não haver outro que maior confiança inspirasse e melhor pudesse bater-se contra os islamitas que ameaçavam a região. Ora, a virtude do abade levava-o em tempos a acudir a uma criança que fora fruto de amores incestuosos; acolhendo-o, encaminhara-o, já adulto, para León, onde devia receber educação; no entanto, uma vez aí chegado, apostatara ele da religião cristã e passara-se para os inimigos, incitando-os a cercarem o castelo de Montemor confiado ao abade João, seu antigo protector e a quem estava disposto a trair. Na iminência da investida, organizara o abade a defesa, mas as tropas de ataque eram em número muito superior, o tempo ia esgotando os víveres e não se via modo de chegarem reforços do norte cristão. Em desespero de situação e medindo os resultados, decide o abade João operar como haviam feito os defensores da antiga Massada, em que a resistência dos zelotes perante os romanos acabara em acto de imolação de toda a população que recusara entregar-se ao inimigo<sup>24</sup>. Aqui, sucede que no último instante surge o exército cristão, o abade com os últimos combatentes que lhe restam persegue os mouros e derrota-os e, ao voltar ao castelo, reencontra-se com todos os que havia degolado regressados à vida, guardando apenas como sinal um veio de sangue no sítio da jugular. Como traço último da façanha, permanece a imagem da Virgem Maria com o Menino, em cujo colo superior se desenha o fio de sangue com que se viram marcados todos os que haviam sido imolados pelo abade D. João.

É hoje ponto assente que a lenda repercute em terras portuguesas a antiga saga da vitória de Clavijo, criada em Santiago de Compostela por interesses apoiados na figura de Ramiro II<sup>25</sup>. Temos, pela nossa parte, argumentos para defender que a lenda é trabalhada no enquadramento da extinção da antiga comunidade monástica de Lorvão, em que estiveram envolvidas várias entidades e factores<sup>26</sup>.

25. Considera-se hoje que a lenda de Clavijo é uma criação operada em Santiago de Compostela por um cónego, Pedro Márcio, entre 1155 e 1175, a partir de um acto de veneração que o rei Ramiro II (931-950) fizera em Compostela, a pedir protecção e auxílio na luta que pretendia levar a cabo contra os muçulmanos. Cf. A. RUCQUOI, «Clavijo: Saint Jacques Matamore?», *Compostelle — Cahiers d'Études de Recherche et d'Histoire Compostellanes* 10, 2007, pp. 48-58.

26. Depois de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, defendeu a origem portuguesa da lenda M. MARTINS, «Frei Álvaro Pais e o poeta Afonso Giraldes», in *Estudos de Cultura Medieval*, vol. II, Braga 1972, pp. 70-76. Noutro lugar nos ocupámos dos problemas relativos ao tema; temos razões para defender a sua génese no contexto de Lorvão, onde, ao longo do séc. XII, por razões de defesa do seu estatuto monástico de tradição hispânica, os monges procuraram razões e buscaram estratégias para manter a sua

Além das telas que já comentámos, o testemunho que resta na capelinha octogonal de Seiça<sup>27</sup> é uma lápide encastoadada sobre um pano de azulejos (atribuídos à oficina coimbrã de Sousa Carvalho, dos tempos de Dona Maria I, por 1780)<sup>28</sup>. Se a reforma da capela é da segunda metade do séc. XVIII e «consistiu na abertura de janelas na parte alta da frente, no retábulo, nos azulejos e nas telas»<sup>29</sup>, a inscrição é certamente posterior, pois o recorte dos azulejos<sup>30</sup> deixa entrever sobreposição<sup>31</sup>. A inscrição é em dísticos elegíacos e o seu teor é medíocre, mas de intenção celebrativa.

EN LORVANENSIS TIROQVE ABBASQVE JOANNES  
MONTIS MAIORIS QVI FVIT ARCE POTENS  
IMBELLES PIVS OCCIDIT NE PRAEDA FVISSENT  
MAVRIS, QVOS MIRE PERDIDIT ENSE FVGA.  
SVBSISTIT HIC VICTOR REDIVIVAQVE PIGNORA PALMAM  
CONCELEBRANT, COLLO SIGNA DOLORIS ERANT.  
GRATES ILLE DEO SOLVIT MARIAEQVE SACELLO  
CONSTRVCTO HIC. OBIENS NVNC SVPER ASTRA MICAT

Tradução:

AQUI TENS JOÃO, HOMEM DE ARMAS E ABADE DE LORVÃO,  
QUE DE MONTEMOR FOI FORTE NO CASTELO.  
POR PIEDADE MATOU GENTE SEM ARMAS A FIM DE NÃO SEREM  
PRESA

---

identidade contra um outro estatuto que os novos poderes políticos e eclesiásticos pretendiam impor-lhes, a coberto da reforma gregoriana em curso e de uma uniformidade de estatuto monástico a que a Regra clunicense conferia autoridade; alguns elementos nos parecem decisivos para argumentar em favor da origem portuguesa: a traição do antigo protegido do abade João é programada em León (a oposição nacionalista portugalense está aí porventura retratada), a designação do abade João como «abade dos abades», quadra bem na ironia a uma reivindicação do abade de Cluni a quem em determinada circunstância foi lembrado pelo legado papal que o título apenas cabia ao abade de Cassino, como indica Santa Rosa de Viterbo, no *Elucidário*, s.v. «Igreja».

27. Retenha-se que a capela octogonal, segundo o modelo de Serlio, reflecte uma cultura artística dominante no Portugal do séc. XVI.

28. J.M. SANTOS SIMÕES, *A azulejaria em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa 1979, p. 149.

29. *Inventário Artístico de Portugal*, loc. cit.

30. Certamente no lugar em que foi implantada a lápide havia uma figura similar às outras que encontramos no enquadramento e cujos elementos principais podem sugerir emblemas da iconografia mariana, com emblemas mais ou menos tradicionais (a rosa e o lírio: *lilium convallium*, *rosa mystica*), mas onde nos parecem ser apenas elementos ornamentais mais ou menos evocativos de um ambiente para as cenas dos quadros: o castelo de portas cerradas e o estandarte a drapejar, o dia representado pelo Sol, em contraposição à noite figurada pela Lua, etc.

31. No entanto, o *Inventário...* considera-a «lápide setecentista». Não se lhe refere MARQUES, «Tutte l'Opere d'Architettura...», cit.

DE MOUROS, AOS QUAIS DESBARATOU MILAGROSAMENTE À ESPADA QUANDO FUGIAM.  
PERMANECE AQUI VITORIOSO E OS REGRESSADOS À VIDA EM SEGURANÇA A PALMA  
CONCELEBRAM . NO COLO SINAIS HAVIA DE SOFRIMENTO.  
GRAÇAS RENDEU ELE A DEUS E A MARIA EM CAPELA  
AQUI CONSTRUÍDA. PASSANDO A OUTRA VIDA BRILHA AGORA  
ACIMA DAS ESTRELAS.

Como em muitas outras inscrições, faltam os elementos de situação: nem tempo a que se reporta a figura celebrada, nem data de deposição da lápide, nem lugar onde se coloca o monumento nem dedicantes. É como que se o monumento descesse do céu trazido por entidades de outro mundo. Não é, de facto, um monólito errante esta inscrição. Pouco tem a dizer a arqueologia para reconstituir o contexto; pouco tem a discutir a epigrafia propriamente dita (a quem por certo caberia comentar como a *ordinatio* foi mal calculada, pois faltou espaço para o último verso). Mais tem a dizer a história das tradições. De facto, não temos um único modelo epigráfico e nem sempre a cultura erudita realiza da melhor maneira o registo que pretende patentear em lápide epigráfica. A filologia deverá também aqui assegurar um juízo que leve a ultrapassar o mutismo da inscrição<sup>32</sup>.

32. Outras ocasiões haverá para associar a filologia à epigrafia: uma inovação a todos os títulos lamentável é a que ignora supinamente o significado real de Idos (em maiúscula se devia grafar para atender melhor à gramática e ao significado); sem ter que lembrar que a palavra é de origem etrusca, há razão para obrigar os eruditos recentes (historiadores ou poetas, tanto dá) a não arremeter contra a história das palavras e saber que, no caso, estamos com uma divisão do calendário romano (os Idos de Março têm um dia preciso — 15; quando se esvai o valor de significação muita coisa se perde: algum dia havemos de perguntar se «idos» se contrapõe a «vindos»...).